



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Instituto Estadual de Florestas

## Núcleo de Apoio Regional de Lavras

Parecer nº 36/IEF/NAR LAVRAS/2021

PROCESSO Nº 2100.01.0021382/2021-42

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Ponto 100 Agronegocio Ltda	CPF/CNPJ: 05.681.213/0001-40
Endereço: Fazenda Capivara	Bairro: Zona Rural
Município: Nepomuceno	UF: MG
Telefone:	CEP: 37.250-000
E-mail:	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?  
 ( X ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
E-mail:	

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Capivara	Área Total (ha): 75,00
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 6.416	Município/UF: Nepomuceno
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3144607-B03C.OCCB.7DBD.4A6B.9EEF.1D0C.D872.46B5	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo	27,71	ha

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
****	****	****	****	****	****

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
****	****	****

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
****	****	****	****

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
****	****	****	****

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização do processo: 09/04/2021

Data de emissão do parecer técnico: 26/04/2021

**2. OBJETIVO**

É objeto desse parecer analisar a solicitação para Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo em 27,71 ha na Fazenda Capivara – município de Nepomuceno para fins de implantação de culturas anuais.

**3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO****3.1 Imóvel rural:**

O imóvel denominado “Fazenda Capivara”, está localizado no município de Nepomuceno, com área escriturada de 75,00 ha, possuindo 2,88 módulos fiscais do referido município. A área em questão está situada na bacia hidrográfica do Rio Grande, com base no Zoneamento Ecológico e Econômico de Minas Gerais foi observado que a propriedade está localizada na Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) GD2, Vertentes do Rio Grande, sendo a vulnerabilidade natural classificada como muita baixa a média.

**3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3144607-B03C.0CCB.7DBD.4A6B.9EEF.1D0C.D872.46B5

- Área total (ha): 88,9057

- Área de reserva legal (ha): 18,7501

- Área de preservação permanente (ha): 13,3020

- Área de uso antrópico consolidado (ha): 27,7134

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: : 18,7501 ha

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: Não se aplica

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel ( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem a análise das imagens, em consulta ao Google Earth e IDE-MG, a localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente.

**4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo

Taxa florestal 2901079138470 R\$ 154,38 12/03/2021

2901079139204R\$ 1.908,35 12/03/2021

Taxa de Expediente: 1400451797639 R\$ 599,49 12/03/2021

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23109295

**4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

Em consulta ao site <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br> foi constatado que:

- Vulnerabilidade natural: Muito baixa a média

- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa

- Prioridade para conservação Biodiversitas: Alta
- Unidade de conservação: Não
- Área indígenas ou quilombolas: Não
- Outras restrições: Não

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

Após análise do enquadramento do empreendimento conforme DN COPAM 217/17

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropastoris, exceto horticultura
- Atividades licenciadas: G-01-03-1
- Classe do empreendimento: Não informado
- Critério locacional: 00
- Modalidade de licenciamento: Não passível

#### 4.3 Vistoria realizada:

Não houve

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: ND
- Solo: Latossolo vermelho distrófico
- Hidrografia: Localizada na Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) GD2, Vertentes do Rio Grande.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Os estudos apresentados apenas relatam que a tipologia se trata de floresta semidecídua com dossel esparsa e heterogêneo, com pouca diversidade de espécies arbustiva e herbácea, se destacando o assa-peixe (*Vernonia polysphaera*) e exemplares dispersos de outras espécies.

- Fauna: Os estudos apresentados se limitaram a informação sem metodologia específica, em consulta ao site <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br> a área em questão é classificada prioridade baixa para conservação da avifauna, anfíbios e répteis, invertebrados e mastofauna, como muito baixa para flora e alta para a ictiofauna.

#### 4.4 Alternativa técnica e locacional: [para intervenção em APP e supressão de Mata Atlântica estágio médio ou avançado]

Não se aplica ao caso.

### 5. ANÁLISE TÉCNICA

Os estudos apresentados informam que foi realizado o inventário florestal utilizando a amostragem casual simples, em análise ao Plano de Utilização Pretendida – PUP constatamos:

1. Foi informado no requerimento que a supressão de cobertura vegetal nativa seria numa área de 27,71 ha, entretanto foi constatado que a área inventariada foi de 9,0 ha;
2. Foi calculado a intensidade amostral com erro máximo de **25%** desta forma foi informado ter sido lançado 13 parcelas no inventário florestal, entretanto o erro máximo permitido é **10%** e desta forma a intensidade amostral deveria ser de 60 parcelas;
3. Não foi apresentado área basal, volume e frequência: por espécie, por classe diamétrica, por unidade amostral e por hectare – item 6.4.2 do PUP com inventário;
4. Não foi apresentado a análise estrutural da vegetação contendo: perfil dos fragmentos, dados de abundância, dominância, frequência e índice de valor de importância – item 6.2.2.3 do PUP com inventário;
5. Não foi apresentado relatório final contendo tabela de DAP médio, área basal, altura média, número de árvores por hectare e volume em m<sup>3</sup> e em st por parcela, por hectare e volume total em m<sup>3</sup> e em st – item 6.4.3 do PUP com inventário;
6. A volumetria informada no requerimento se refere a estimativa de volume da supressão de árvores isoladas nativas vivas, entretanto tal intervenção não foi requerida no presente processo;
7. Os estudos apresentam conclusão como classificando estágio sucessional inicial apenas em função de espécies botânicas encontradas no local entretanto não foi apresentado os parâmetros de diâmetro médio e altura média constantes na Resolução CONAMA 392/2007 para a classificação do estágio sucessional.

Diante dos itens acima citados ficamos impossibilitados de dar continuidade da análise técnica do requerimento bem como de realização de vistoria técnica “in loco”.

**5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Não se aplica ao caso.

**6. CONTROLE PROCESSUAL****Relatório**

Foi requerida por Ponto 100 Agronegócio Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 05.681.213/0001-40, a autorização para *supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo* em área de 27,71ha, junto à propriedade denominada “Fazenda Capivara”, localizada no Município e Comarca de Nepomuceno/MG, matriculada junto ao CRI daquela Comarca sob o nº 6.416.

Verificou-se a inscrição da propriedade no SICAR.

Foi observada a quitação da taxa referente análise de intervenção ambiental e taxa florestal.

Empreendimento não passível de licenciamento ambiental.

É o relatório, passo à análise.

**Análise**

Este controle processual foi realizado pela DRCP da Supram Sul de Minas, em apoio ao IEF, nos termos do art. 66 do Decreto Estadual 47.042/16 e Memorando.SEMAD/ASJUR.nº 155/2018, em que são atos a serem praticados de mera execução material, medidas de suporte realizadas por técnicos e gestores ambientais pertencentes à mesma carreira disciplinada pela Lei Estadual nº 15.461/2015, não se alterando a competência do IEF para a decisão estabelecida no Decreto Estadual n. 47.892/20.

O Analista Ambiental constatou que nos estudos apresentados – Plano Simplificado de Utilização Pretendida - PUP – houveram diversas irregularidades e deficiências técnicas, conforme discriminadas no item 5 deste parecer. Assim a vistoria de campo fica comprometida por falta de estudos técnicos, tornando a análise do pleito comprometida por falta de estudos que norteiam por meio de parâmetros definidos na legislação, do referido estágio de regeneração natural do fragmento e a indicação da fitofisionomia original, elaborado com metodologia e suficiência amostral adequadas.

Dessa forma, em processos de intervenção ambiental, casos os estudos ambientais não tragam ou omitam informações que dizem respeito à identificação dos impactos ambientais, à caracterização do ambiente, à definição de ações e meios para mitigação e compensação, não resta, senão ao órgão ambiental, negar a autorização.

Portanto, a documentação e os estudos juntados ao processo ora em análise são inadequados e insuficientes para fundamentarem e instruírem a pretensão requerida.

Quanto à competência para análise, o Decreto Estadual nº 47.892/2020, que dispõe sobre a reestruturação do IEF, em seu art. 42, II, preceituam que a competência para as análises dos processos de intervenção ambiental de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e passíveis de licenciamento ambiental simplificado, é das Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio do IEF, e o seu Parágrafo Único confere competência autorizativa ao Supervisor Regional, conforme dispositivos transcritos a seguir:

*Art. 38 – As Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio têm como competência coordenar e executar as atividades relativas à política florestal e de biodiversidade do Estado, à preservação da flora e da fauna silvestre e ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, respeitadas as diretrizes emanadas pelas diretorias do IEF, no âmbito da respectiva área de abrangência, com atribuições de::*

*I – ...*

*II – coordenar e analisar os requerimentos de autorização para queima controlada e para intervenção ambiental dos empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e dos passíveis de licenciamento ambiental simplificado, de atividades relacionadas ao cadastro de plantio, à declaração de colheita, ao transporte e ao consumo de florestas de produção...*

*Art. 38...*

*...*

*Parágrafo único – Compete ao Supervisor Regional do IEF, na sua área de abrangência:*

*I – decidir sobre os requerimentos de autorização para intervenção ambiental vinculados a empreendimentos e atividades não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado, ressalvadas as competências do Copam, ou localizados em unidades de conservação de proteção integral instituídas pelo Estado e em RPPN reconhecidas pelo IEF;*

*...*

O Analista Ambiental foi desfavorável à supressão de vegetação nativa com a finalidade de agricultura, pelos motivos expostos no parecer.

### Conclusão

Face ao acima exposto, opinamos pelo INDEFERIMENTO da intervenção requerida, por inconsistências técnicas e legais.

A competência para a decisão é do Supervisor Regional do IEF, conforme Decreto Estadual 47.892/20.

### 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **INDEFERIMENTO por deficiência técnica** do requerimento de Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo, localizada na propriedade Fazenda Capivara, pelos motivos expostos neste parecer.

### 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica ao caso.

### 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (.) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal
- ( ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas
- ( ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

### 10. CONDICIONANTES

Não se aplica ao caso.

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Jander Gaspar Rezende  
MASP: 1.020.910-4

### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Rodrigo Mesquita Costa  
MASP: 1.221.221-3



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Mesquita Costa, Servidor**, em 27/04/2021, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jander Gaspar Rezende, Coordenador**, em 27/04/2021, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28559170** e o código CRC **DD45813E**.